

Cronistas medievais: ajuntadores de histórias

Kátia Brasilino Michelan*

Resumo:

A proposta deste artigo é examinar o fazer histórico dos cronistas medievais portugueses. A ênfase recai sobre a análise das possibilidades de leitura do período, ou seja, como se davam as escolhas de textos para compor as crônicas, como se desenvolveu o processo de acesso à leitura e que tipos de textos eram comumente lidos. O artigo traz igualmente um panorama sobre o papel do livro manuscrito, divulgador por excelência da palavra escrita durante o medievo, bem como sobre a emergência da tipografia e a ampliação das possibilidades de acesso ao livro.

Palavras-chaves: Cronistas, Portugal, Fazer Histórico.

Abstract:

The purpose of this article is to examine the historic labor of Portuguese medieval chroniclers. The emphasis is on examining the possibilities of period's reading, in other words, how the texts were chosen to do the chronicles, how the process of access to reading was developed and what types of texts were read in general. The article brings also one view about of the function of the manuscript book, spreader par excellence of the written word during the medieval, as well as about the emergence of the printing and the expansion of opportunities of access to the book.

Keywords: Chroniclers, Portugal, Historic labor

* Doutoranda do Programa de Pós graduação em História e Cultura, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP/Campus de Franca. Pesquisa financiada pela CAPES. E-mail: katiamichelelan@yahoo.com.br.

Por cuja rrezam o dito Fernam Lopez despendeo muito tempo em andar per os mosteiros e jgreias buscando os cartórios e os letreiros dellas pera auer sua enformaçam. e nam ajnda em este rreino mas ao rreino de Castella mandou elRey Duarte buscar muitas escrituras que a esto pertençiam. por quanto seu desejo nam era que os feitos de seu padre fossem escritos senom muy verdadeiramente. (ZURARA, 1915: 12-13)

O cronista oficial do reino de Portugal Gomes Eanes Zurara (1410-1474), no prólogo da *Crónica da Tomada de Ceuta* (1453), ao justificar a demora para iniciar a escrita da história do reino português, destaca que o seu antecessor, Fernão Lopes (1380? – 1459), sob as ordens do rei D. Duarte (1391-1438), teve um árduo trabalho peregrinando por igrejas, mosteiros e cartórios a procura de letreiros e escrituras que pudessem oferecer informações verdadeiras sobre o passado português. O trecho escrito por Zurara relata uma prática corrente no fazer histórico dos séculos XIV e XV nos diversos reinos europeus que se constituíam como nações: a submissão à vontade da coroa, que encomendava a crônica e financiava sua elaboração (GUENÉE, 1973, p. 5). A passagem adianta também algo acerca da atitude do cronista, que se serve de documentos oficiais para melhor elaborar a sua história dentro dos parâmetros de verdade de seu tempo.

O que Zurara procura, no prólogo da *Crónica da Tomada de Ceuta*, é menos enaltecer o primeiro cronista, e mais fornecer informações sobre a empreitada a que se dedicava, a saber, continuar a história de D. João I (1357 – 1433) iniciada por Fernão Lopes, enfatizando o episódio da Tomada de Ceuta (1415). Tal atitude era bastante corriqueira no trabalho dos cronistas medievais portugueses, que normalmente destinavam os prólogos a engrandecer o alvo da crônica e a dissertar sobre seu próprio trabalho compilatório.

Antes de Zurara, Fernão Lopes já tinha feito o mesmo, por exemplo, no prólogo da *Crónica de D. Pedro I* (1320-1367), dedicado a exaltar a virtude deste rei de primar pela justiça; ou nos prólogos da *Crónica de D. Fernando* (1345-1383), em que engrandece as qualidades deste rei, apresentando-o como grande cavaleiro e criador de fidalgos; e na *Crónica de D. João I*, em

que o define como um rei muito virtuoso e de boa memória. Fernão Lopes foi o primeiro cronista oficial do reino português a quem coube organizar as primeiras crônicas sobre os reis de Portugal. É ele assumidamente autor das referidas *Crónica de D. Pedro*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I*, e alguns autores atribuem a ele, também, a autoria da conhecida *Crónica de 1419*.¹ Até a primeira metade do século XVI, Fernão Lopes era praticamente um desconhecido (BASTO, 1960: 359), mas depois do século XIX, a crítica literária e os historiadores portugueses, em geral, consagraram-no como o grande cronista português, principalmente depois de Alexandre Herculano – 1810-1877 – (sd., p. 5), que atribui a ele o título de “pai da história portuguesa”. Segundo Artur de Magalhães Basto, depois da menção do nome de Fernão Lopes no prólogo de Zurara, o mesmo só será lembrado novamente na segunda metade do século XVI, quando o cronista oficial Damião Góis (1502-1574) acusa Rui de Pina (1440-1552), sucessor de Zurara, de ter se apropriado das crônicas do primeiro cronista oficial português.

Foi, a propósito, principalmente a partir da acusação de Damião de Góis, dentre outras informações, que o pesquisador Magalhães Basto apontou que Fernão Lopes escreveu as histórias da primeira dinastia – manuscrito anônimo encontrado em 1942 pelo próprio Basto na Biblioteca Pública do Porto. Concluiu também que, posteriormente, Rui de Pina teria compilado desse manuscrito as histórias de D. Sancho I (1152-1211), D. Afonso II (1185-1223), D. Sancho II (1207-1248), D. Afonso III (1210-1279), D. Dinis (1261-1325) e D. Afonso IV (1291-1357).² Só a compilação da história de D. Afonso Henriques (1109-1185) teria sido encomendada ao seu

¹ A *Crónica de 1419* é formada pelas histórias do Conde D. Henrique, do primeiro rei português D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, Afonso III, D. Denis e D. Afonso IV. A *Crónica de 1419* também é conhecida como *Crónica de Cinco Reis* e ou de *Sete Reis*, no primeiro caso, o fragmento contém a história do reinado de Afonso Henriques até Afonso III, no segundo contém as histórias dos sete reis da primeira dinastia como mencionado acima. O manuscrito encontrado por Magalhães Basto contém as histórias dos cinco primeiros reis, porém, o autor admite que o que encontrou foi um fragmento de um texto maior, contendo a história da primeira dinastia.

² Além dessas, corre com o nome de Rui de Pina as crônicas de: *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*, da dinastia de Avis.

contemporâneo, o guarda-mor da Torre do Tombo Duarte Galvão (1435-1517), que usou como base o mesmo manuscrito, como será desenvolvido mais adiante.

Embora essa forma de retomada de escritos anteriores por parte de Duarte Galvão e Rui de Pina tenha levado alguns estudiosos³ a discutirem a suposta idéia de plágio, vale aqui destacar que o pressuposto de um nome próprio dando autoridade autoral aos textos escritos,⁴ que é tão cara para os leitores modernos, não constituía uma prática incontornável durante o período medieval. Não há nesse tempo uma definição para o que seja um sujeito autor, dado que a cópia era a forma por excelência de manutenção do escrito e conseqüentemente de preservação dos saberes, como bem descreve o franciscano São Boaventura (1221 -1274), no século XIII:

um homem pode escrever as obras de outros, sem qualquer acréscimo ou alteração, e nesse caso ele será chamado simplesmente um “escriba” (scriptor). Um outro escreve os trabalhos de outros, com adições que não lhe são próprias; será então chamado de “compilador” (compiler). Um terceiro escreve tanto obras suas como alheias, mas dando o principal lugar à alheia, e reservando a sua própria para fins de explicação; será então chamado um “comentador” (commentator) [...] Um último escreve tanto obra sua como alheia, mas reservando o lugar principal para a sua e juntando a de outros para fins de confirmação; tal homem será chamado de “autor” (actor) (apud MINNIS, 1988: 94).⁵

³ Joaquim de Carvalho analisando a idéia de que Zurara teria plagiado o livro da *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro, aponta que, antes de mais nada, não se pode considerar estes supostos plágios com os nossos sentimentos atuais de propriedade literária, cujas origens são modernas. E mais, adianta que, no tempo de Zurara, não havia preocupação com originalidade, mas de ser completo e verdadeiro, não importando se a verdade – ou o que se supunha como tal – tivesse sido descoberta e formulada anteriormente. Zurara, não cometeu às escondidas tais “plágios”: usou de uma prática consentida pela consciência literária de então. (CARVALHO, 1949: 4).

⁴ A idéia de um nome próprio garantindo propriedade jurídica autoral, juntamente com a idéia de plágio, surge, segundo Foucault, somente no século XIX, mas a presença de um indivíduo autor garantindo unidade a uma obra começa a emergir por volta do século XVI com o processos inquisitoriais, quando passou-se a procurar e a punir responsáveis pela escrita. (FOUCAULT, 1992: 20)

⁵ Comentários de São Boaventura ao segundo *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo.

Ou seja, em nenhum dos casos está pressuposta a idéia de originalidade, já que, para os medievais, narrar significa reescrever (GUREVITCH, 1991: 19). Assim, quando Rui de Pina e Duarte Galvão usaram crônicas anteriores, nada mais fizeram do que seguir uma prática dominante no período (GUENEÉ, 1991: 70). No entanto, provavelmente na época do autor que cogitou sobre o plágio, Damião de Góis – segunda metade do século XVI –, já era problemático copiar escritos alheios sem dizer a procedência, por isso a acusação que o mesmo lança sobre Rui de Pina. O gênero cronístico medieval, a propósito, não valoriza o nome do escritor do texto, pois o texto resulta de um gesto de escrita no qual o ato de contar é anônimo, porque o que importa é a conservação dos acontecimentos notáveis e não o destaque para quem sucessivamente os relata na forma histórica. Desse modo, o comum ou regular era que não houvesse remissão direta às fontes anteriores.

Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina foram os cronistas do fim do medievo que escreveram sobre a primeira dinastia dos reis de Portugal, assim, são os responsáveis por compor a história da formação e da consolidação do reino. Nesse processo compilatório, o cronista da *Crónica de 1419* usara amplamente esse recurso na sua elaboração, baseando-se na parte da *Crónica Geral de Espanha de 1344* referente ao reino português. Essa crônica fora elaborada pelo cortesão D. Pedro de Barcelos (1287-1354) e é considerada pela historiografia o primeiro exemplar cronístico escrito em língua portuguesa, que sobreviveu ao tempo, tratando-se de uma versão da *Primeira Crónica Geral* elaborada por Afonso X (1221-1284), o Sábio, rei de Castela e Leão (1252-1284), bisavô de D. Pedro e um dos reis que melhor traduziu, no final da Idade Média, a idéia de que um rei deveria ser, além de cavaleiro, sábio e impulsionador dos saberes escritos (VERGER, 1999: 177).

Dentro da perspectiva de que foi através da compilação de textos antigos que se iniciou a escrita da história da formação do reino português, é importante pensar como era elaborado um texto de caráter compilatório. Segundo o historiador francês Bernard Gueneé (2002, p. 537), o que um compilador fazia era “escolher a fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes, ou, ao contrário, combinar em partes iguais

vários relatos anteriores, optar aqui por uma fonte, ali por outra; decidir aqui por abreviar, ali por seguir o texto ao pé da letra [...]”, portanto, era necessária certa erudição por parte do compilador para saber qual a melhor escolha e a melhor forma de arrematar o texto.

Partindo da idéia de que a compilação era a forma por excelência do fazer cronístico medieval, a preocupação fundamental deste trabalho é entender tal tipo de labor histórico, no qual o cronista seleciona, recorta e reescreve seu texto a partir de uma fonte condutora. Assim, algumas questões se tornam oportunas: qual o papel da leitura nas produções cronísticas? Quais as possibilidades de leitura dos cronistas medievais? Os cronistas eram leitores diferenciados de outros leitores de seu tempo? O que significava ser um leitor nos séculos XIV e XV, quando ainda era restrita a circulação de livros? Que tipos de textos os cronistas compilavam? Enfim, quais os processos de escolha, seleção e arremate da compilação de acordo com as possibilidades de leitura do tempo?

O fim do século XV e o início do século XVI testemunharam o advento de uma das mais importantes mudanças no universo da leitura, a invenção da imprensa de tipos móveis, que paulatinamente substituiu o texto manuscrito. O manuscrito, sem dúvida, triunfou como o grande divulgador da palavra escrita no medievo e não o deixa de ser de uma hora para outra. Os textos manuscritos eram produzidos tanto como peças soltas quanto organizadas em formato de livro, e tinham como suporte material o pergaminho ou o papel.

O pergaminho, material amplamente difundido desde o século V, provinha da pele do carneiro ou da cabra. De uma pele cortavam-se, geralmente, dezesseis folhas. O trabalho para preparar a pele não era simples: depois de colocada em solução de cal (para tirar a gordura), devia ser secada, esfregada e polida (SARAIVA, 1950: 76). A escassez de pergaminho era tanta que, por vezes, eram usadas técnicas de abreviaturas, proporcionando escrever mais em pouco espaço – fato do qual reclamaram os gramáticos do século XVI (MARQUES, 1987: 175).

A difusão do papel ocorreu na Península Ibérica somente a partir do século XII, segundo Jacques Verger (1999b), porém, foi no fim do século

XIV e no século XV que o seu uso se expandiu consideravelmente no tipo manuscrito. Em certa medida, tal difusão permitiu baixar o preço da fabricação dos manuscritos. No contexto francês, por exemplo, o papel podia tornar-se “cinco vezes mais barato que o pergaminho no século XIV e até trezes vezes mais barato no século XV, graças à melhoria das técnicas de papelaria e à multiplicação das oficinas de papel” (VERGER, 1999b); em algumas regiões, contudo, como na Alemanha, a diferença foi bem menor. No fim do século XIV e no século XV, o uso do papel se expandiu consideravelmente no tipo manuscrito, mas, apesar das potencialidades do papel em algodão, o pergaminho, por sua durabilidade maior, não deixou de ser utilizado durante um bom tempo, ainda mais porque a técnica de preparação do papel consolidou-se somente no auge da imprensa, quando os livros se tornam mais portáteis, mais procurados e mais abundantes, isto é, a partir de meados do século XVI. Artur Anselmo (1997, p. 11) aponta ainda que, mesmo com a utilização do papel nos manuscritos, “o seu aspecto algodoado e fungível relegava-o para a conservação de textos de importância secundária”.

O livro nesse período, como propõe Artur Anselmo (1997: 12), era considerado “não só um veículo privilegiado da transmissão do saber, mas também um objeto de alto valor material, cimélio a que se emprestava o requinte próprio da obra-de-arte, graças à conjugação de esforços entre copistas, calígrafos e iluminadores”. Determinar o custo que tinha o livro para a época é, contudo, bastante complicado,⁶ tanto que Jacques Verger (1999b), pensando o livro no contexto geral europeu, aponta que o preço

⁶ Para se ter uma idéia dos custos dos livros, a consideração de José Saraiva, em a *História da Cultura em Portugal*, é bastante elucidativa: “um bispo do Porto em 1269 deixou ao tesoureiro do cabido 50 maravedis para comprar um Código legal, e outros 50 maravedis a um sobrinho para comprar umas Decretais. Para dar uma idéia destes preços lembramos que, segundo uma lei de tabelamento promulgada dezesseis anos antes, 1 maravedi era o preço de quatro carneiros vivos, ou um porco grande; 3 maravedis era o preço de um boi dos melhores. Assim cada um dos livros a que se refere o testamento do citado bispo valia tanto aproximadamente como 17 bois; ou 50 porcos; 200 carneiros.” Embora o relato descrito seja do século XIII, não se pode recusar o valor oneroso do livro mesmo que os preços tenham caído até o início do século XVI. (SARAIVA, 1950: 79).

desse era bastante variado, sendo os mais caros, geralmente, grandes Bíblias e volumes glosados. Esses belos manuscritos preservados em certas bibliotecas particulares, no entanto, destinavam-se mais ao prestígio de seus destinatários do que à leitura propriamente dita.

Além dos manuscritos de alto custo, existiam também “inúmeros pequenos volumes, por vezes sob a forma de simples cadernos soltos, nos quais anexavam ‘anotações’ de cursos, alguns fragmentos de questões disputadas, de sermões, de breves tratados práticos etc., que eram vendidos por algumas moedas” (VERGER, 1999 b). Esses livros eram destinados a um uso mais cotidiano, por isso seu custo mais baixo. Porém, é complicado especificar até que ponto a posse de um livro correspondia a um leitor, mesmo porque o acesso ao livro não implicava necessariamente em leitura, uma vez que a maioria da população era iletrada, inclusive alguns possuidores de livros.

O papel do manuscrito como mercadoria não deve ser superestimado, pois, como aponta Aires do Nascimento (1993: 155), “não houve em Portugal durante a Idade Média produção sistemática do livro manuscrito destinada ao comércio livreiro nem tão pouco este aparece assegurado para responder a necessidades de eventuais clientes”. O livro circulava, dessa maneira, sob a forma de empréstimos, por transmissão direta, em casos de doação ou testamento, ou por encomenda em algum *scriptorium*, o que significava um custo elevado. Em suma, em pequena escala e atendendo a interesses pontuais. Uma restrita circulação que se deveu em grande parte à dificuldade de manuseio, especialmente no caso dos livros em pergaminho – em geral livros grandes e pesados que ficavam normalmente restritos ao espaço dos arquivos e das bibliotecas.

A restrição a esses espaços deve-se ao fato de que o livro era considerado, nos tempos anteriores à consolidação da imprensa, menos um veículo de saber e mais um artigo de luxo, pelo qual se pagava altos preços, “de forma que só as instituições poderosas ou altas personalidades logravam organizar livrarias” (SAMPAIO, 1929: 29). Em Portugal, a maioria delas localizava-se nos mosteiros, entretanto, eram raras as obras que não tinham fins litúrgicos e ascéticos, exceto aquelas dos mosteiros de Lervão,

Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça, que se mostraram centros de preservação e compilação de textos de temática um pouco mais abrangente, como por exemplo: diversas crônicas, obras pedagógicas visando os mais variados alvos e estudos de teologia, filosofia e humanidades. Pode-se afirmar que não houve um mosteiro sem livreria, embora estas fossem em sua maioria com fins religiosos.

Até 1400, como mencionado, os mosteiros eram os grandes livreiros, pois a corte portuguesa ainda era itinerante- em razão das guerras de reconquista – e não tinha podido sequer concentrar num depósito determinado os documentos da coroa e menos ainda estabelecer uma biblioteca com grandes pergaminhos (SERRÃO, 1972: 36-38). Durante a primeira dinastia, a livreria régia era compreendida como um patrimônio pessoal, do qual o rei podia desfazer quando necessário, já que dependia, sobretudo, da sua vontade. Somente no século XV, a livreria régia perde esse caráter pessoal para ser considerada propriedade da coroa. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão (1977, p. 300), por iniciativa da recém fundada dinastia de Avis, o século XV em Portugal pode ser caracterizado por uma busca por códices e manuscritos que simbolizavam os tesouros da erudição antiga, desse modo, os membros da Casa Real que vão adquirindo pergaminhos começam a mandar reproduzir deles cópias. Os tipos de livros adquiridos pelos reis de Avis, como os inventários dessas bibliotecas demonstram, correspondiam bem à literatura em voga já desde o século XIV: eram obras de cunho moralista ou de exaltação religiosa; crônicas e romances de cavalaria; e, necessariamente, obras didáticas (MARQUES, 1987: 181).

Foi somente D. Afonso V (1432-1481) quem organizou uma livreria régia configurada como um arquivo destinado a reunir um conjunto considerável de manuscritos. O cronista Rui de Pina (1970, p. 608) chega a mencionar esse dado na crônica que elaborou sobre esse reinado, ao dizer que “foi elle o primeyro Rey destes Reynos que ajuntou bõos livros e fez livreria em seus paços”. Essa menção faz pensar que a organização da livreria real não foi negligenciada pelo cronista, contudo, é difícil saber qual era a acessibilidade da livreria para os cortesãos.

A invenção da imprensa, nesse sentido, veio facilitar a circulação e o manuseio, bem como baratear os custos da produção dos livros, graças à leveza do principal material utilizado, o papel, que tornou o livro aos poucos mais acessível, garantindo, assim, melhores condições para a produção de textos. Elizabeth Eisenstein (1998, p. 12) chega a chamar as transformações decorrentes dessa invenção técnica de “revolução cultural”, todavia, aponta que a mudança de “transmissão mediante cópia manual e mediante cópia impressa não pode ser percebida sem a travessia mental de vários séculos”. Segundo o já citado pesquisador da história da leitura, Roger Chartier, é errôneo considerar, como fazem muitos historiadores ocidentais, apenas pelos padrões gutenberguianos,⁷ “a relação entre impressão, publicação e leitura”, pois a invenção de Gutemberg não resultou necessariamente na “criação de um grande conjunto de leitores” (CHARTIER, 2000: 19). Para ele, embora ela seja de “fundamental importância, não é a única técnica capaz de assegurar a disseminação em grande escala de textos impressos” (Idem, 2000: 20).

Em Portugal, a imprensa chegou logo após ter sido inventada, por volta de 1478, entretanto, fixa-se definitivamente somente em 1489, quando os judeus Izorba e Rabban Eliezer imprimem o comentário sobre o Pentateuco (SAMPAIO, 1929: 258). Até 1550, segundo Albino Forjaz de Sampaio, são conhecidos 24 livros impressos em Portugal, sendo que, destes, “12 são hebraicos, 7 são latinos e 5 portugueses” (Idem, 1929: 258). Um número, portanto, bastante pequeno. Esse predomínio dos impressos hebraicos, ou melhor, o fato de a imprensa ter se desenvolvido em Portugal por mãos judias e os primeiros textos serem publicados em hebraico, segundo Sampaio, ocorre porque “os leitores nas comunidades hebraicas eram numerosos, pois os analfabetos entre os judeus sempre foram raros” (Idem, 1929: 254). Se o caso dos judeus era, portanto, exceção, e entre os portugueses dos séculos XV e XVI a leitura não foi algo muito difundido, a

⁷ A invenção da impressão de tipos móveis dá-se por volta de 1450, sendo a obra mais conhecida como a primeira impressa em tipos móveis a *Bíblia de 42 linhas* ou *Bíblia Mazarina*, de 1455.

imprensa não teve um impacto imediato sobre os leitores portugueses quatrocentistas e quinhentistas, mesmo porque as primeiras obras impressas, sendo em língua hebraica, não possibilitaram um aumento nas disponibilidades de leitura para esses leitores. Ainda assim, a imprensa hebraica não passou em branco para os portugueses, que a olhavam com maus olhos e desconfiança, e restringiram sua duração, tanto que, em 1497, foi decretada uma proibição impedindo a permanência dos livros hebreus no país, a não ser no caso de autores conversos; o que fez minguar a tipografia hebraica. Depois do hebraico, a segunda língua mais usada nas publicações em Portugal foi o latim, empregada normalmente para texto de fundo religioso. A partir, pois, desses dados, pode-se dizer que a imprensa buscou atender a um público certo, que já tinha familiaridade com o texto escrito, tanto o judeu quanto o clerical.

O comércio do livro impresso manteve-se, de início, portanto, dentro dos estreitos canais do livro manuscrito. Assim, os primeiros livros impressos buscaram atender a uma demanda já existente, com a fabricação, prioritariamente, de livros religiosos, como: bíblias, livros litúrgicos (breviários, missais, livros de horas), hagiografias, etc., em língua latina e vulgar. Além desses, imprimiam-se gramáticas e alguma literatura profana (VERGER, 1999: 32).

Como têm proposto os especialistas em história do livro e da leitura, a grande contribuição da imprensa foi a reprodução de cópias idênticas de um mesmo texto, algo impossível no tempo dos copistas, pois nem mesmo o próprio autor podia repetir o texto exatamente igual, quanto mais, punhos diferentes. O conteúdo do texto manuscrito estava, nesse sentido, muito mais sujeito a ser modificado e manipulado, suscetibilidade que foi, a propósito, um dos seus atributos fundamentais. Em outras palavras, essa lógica da mutabilidade inerente ao texto manuscrito mantém-se por um bom tempo, na medida em que em certos textos – como comunhão pascal, bulas, indulgências, letras de câmbio, cartas de censo, entre outras escrituras de uso massivo –, quando impressos, eram deixados pequenos espaços em

branco para que fossem preenchidos à mão e se personalizassem com os dados do receptor ou do beneficiário (ÀLVAREZ, 1992: 40).

Assim, não se pode considerar que, no reino português do final do século XV e início do XVI, a invenção e a difusão da imprensa acarretaram um rompimento fundamental na história da leitura. O texto impresso, nos seus primórdios, não fez mais do que fixar e difundir um modelo já existente na cultura manuscrita, tendo a cópia manual sobrevivido fortemente, segundo Chartier, até o século XVIII, “embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra” (Idem, 1992: 9). Nem mesmo a tradição dos copistas desapareceu, pelo contrário, “mesmo que a produção destes tenha sofrido inflexões por toda parte e mais claramente até 1470, continuou-se a transcrever livros manuscritos até o início do século XVI. E, de qualquer maneira, os manuscritos mais antigos continuavam a ser utilizados” (VERGER, 1999: 127).

No período conhecido como Alta Idade Moderna (do século XVI ao XVII), nota-se a permanência da palavra escrita à mão, pois julgava-se, segundo Fernando Bouza Alvarez (1992), que a letra cursiva conseguia traduzir melhor os escritos de intimidade, caso, por exemplo, das cartas e testamentos. O molde prensado, por sua vez, condizia melhor com o universo dos escritos impessoais, como o dos panfletos. A privacidade que passa a ser atribuída ao escrito manual teve, de acordo com o historiador, um impacto inesperado na mentalidade coletiva: “a suposição de que os manuscritos deviam estar cercados de verdade” (IDEM, 1992: 43), ou seja, os escritos de próprio punho funcionavam de alguma forma para legitimar os conteúdos expressos. O desprestígio da letra impressa deveu-se também à disseminação da idéia de que dar um texto à imprensa era sinônimo de lançá-lo aos quatro ventos, enquanto escrever de próprio punho era uma forma de preservá-lo de leitores indesejados e de uma profusão de leitores anônimos (Idem, 1992: 43).

Pode-se afirmar, assim, que até meados do século XVI, com a consolidação da imprensa, não ocorreram mudanças consideráveis nas possibilidades de leitura de um cronista, dado que pouca diferença houve

entre as disponibilidades materiais de textos que um cronista dos séculos XIV e XV poderia ter em mãos e um cronista do início do século XVI. No entanto, no que diz respeito mais amplamente aos textos escritos no âmbito da corte, na qual estavam ambientados os cronistas, deve-se mencionar o traço marcante que foi a manutenção da oralidade mesmo nos tempos de escritos impressos e manuscritos. A via oral mostrou-se como a grande forma de divulgação dos saberes para um público mais vasto entre os cortesãos. Assim, no século XVI, como lembra Paul Zumthor (1993: 111),

nem o suporte impresso do livro ainda se tinha verdadeiramente imposto na prática, nem o conteúdo das mensagens se tinha inteiramente liberado de uma herança cultural de séculos dedicados às transformações vocais, nem, enfim, a autoridade se tinha definitivamente deslocado da palavra para a escrita.

Não há uma expansão intensa do impresso nem da escrita entre a população em geral, pois saber ler e escrever significava para a época, sem dúvida, um estágio avançado de cultura (MARQUES, 1987: 179). Desse modo, no ambiente cortês, o acesso às informações contidas em livros se deu sobretudo através das práticas orais. Em Portugal, segundo Oliveira Marques (Idem: 179), “de quando em quando visitavam o paço jograis de ambulatórios ou trovadores convidados. Uns e outros haviam de narrar contos, lendas, declamar poemas, tocar e bailar”, o que ocorria não só para divertimento da corte, mas também para suprir a falta de acesso ao livro. A escrita, portanto, no período, era uma instituição através da qual uma comunidade podia se reconhecer, porém, não se comunicar (ZUMTHOR, 1993: 110). Tanto que uma das grandes fontes de diversão dos cortesãos foi a poética, marcada por uma forte relação entre escrita e oralidade (FINAZZI-AGRÒ, 1993: 240).

O caráter de oralidade era tão forte nas crônicas que, em várias passagens, elas anunciam um suposto ouvinte ou um leitor em pé de igualdade, como se pode perceber no seguinte trecho de Duarte Galvão (1995, p. 81): “a nouidade que esta cousa assi feita per el Rey dom Affonso

Hamrriquez, assim podera parecer a quem quer que a leer e ouuir, como pareço naquelle tempo (...). No entanto, seria pretensioso concluir a partir daí que as crônicas teriam sido lidas em público ou até mesmo teriam sido leitura dos cortesãos. Parece mais cuidadoso pensar, como aponta Finazzi-Agrò (1993: 241), que a função espetacular, ou seja, escritos em formas de diálogos apresentados como pequenos acontecimentos teatrais, imiscui-se em toda a produção literária medieval, “diferenciada, precisamente, por uma atenção ao ouvido, à *performance*, que irá desaparecendo lentamente ao longo dos séculos – salvo, obviamente, na literatura especificamente teatral”.

O leitor das crônicas mais facilmente reconhecível é, nesse sentido, o próprio cronista, a quem cabia compilar as crônicas passadas: lê-las e retomá-las em uma nova forma escrita, mesmo que esta nova forma compilada estivesse recheada de passagens na íntegra de textos anteriores. Elisa Nunes Esteves define o cronista medieval como um “leitor-autor”, ou seja, “um receptor da matéria anterior, a ‘autoritas’, cuja obra é o resultado de um processo de recepção” (ESTEVES, 1994: 24). O cronista é tanto escritor como receptor da matéria escrita, ele recebe um texto e o reaproveita, é assim um leitor diferente daquele que apenas lê, pois lê para reescrever o texto, ou seja, escolhe passagens e reutiliza textos. Diante disso, emergem as interrogações: como se dava essa leitura? Era minuciosa, ou mais mecânica? Era integral ou apenas daquelas partes que interessava retomar ou que foram encontradas?

Mesmo considerando-se que o cronista lê e aproveita textos alheios, não convém afirmar que isso possa significar um questionamento dessas diversas fontes, tampouco uma seleção criteriosa baseada em uma análise interna e depois no confronto – como vieram a propor os metódicos –, apenas se pode dizer que o cronista, ao transcrever, subscreve a opinião extraída da sua fonte ou fontes (FOURNIER, 1996: 70). Em outras palavras, o cronista quase sempre reaproveita os textos que lhe são acessíveis no momento, mantendo-se preso a uma fonte prioritária que, por vezes, aparece como condutora de todo o texto, sem substantivas modificações.

Deve-se, todavia, considerar que, ainda que o cronista compilador siga de perto a opinião do cronista anterior, sua compilação inclui igualmente os interesses de seu tempo, e as atualizações que realiza traduzem de alguma forma esses valores. No entanto, a elaboração das crônicas, embora amparada na compilação, inclusive com reproduções na íntegra, não deve levar a pensar que o cronista que executa o recorte, a escolha e o arremate, esteja privado de responsabilidade sobre o que escreve. Se ele não conta com a autoridade autoral, cara aos modernos, goza da autoridade da função que ocupa, isto é, a do cargo de cronista, um cargo subordinado à casa real – solicitante e financiadora da produção das crônicas. Assim, o cronista se vê na nobre e dificultosa missão de agradar o financiador da empreitada.

Diante desse referido compromisso com fontes anteriores, a questão que se coloca é se o cronista medieval pode ser pensado como um autor que, ajuntando textos, cumpre ainda um papel unificador do relato. Qualquer obra medieval, como os historiadores têm destacado, ao transitar entre escrita e reescrita, lança mão de múltiplas vozes e de múltiplos tempos. O cronista tanto escreve quanto reescreve. É um leitor bem específico, que lê os documentos com o fim determinado de reaproveitá-los, introduzindo as perspectivas de outros congêneres na sua compilação. Em muitos casos, ele é o leitor de primeira mão dos documentos, principalmente, em se tratando de crônicas. Tratava-se, pois, de um leitor que lê para escrever e, ao fazê-lo, retomava e reordenava, como foi adiantado e como se pode notar no exemplo de Zurara do início deste artigo, no qual o cronista se refere à busca de documentos oficiais em cartórios e igrejas por parte do seu antecessor para compor suas crônicas. Passagem que ilustra a preocupação dele e seus congêneres em retomar textos específicos e confiáveis para os padrões de verdade daquela época. Se esses tipos de fontes eram as suas prioritárias, outras, no entanto, freqüentaram as compilações. A *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por exemplo, dada sua proposta abrangente de narrar a história da Península Ibérica desde o surgimento do mundo, passando pelas ocupações territoriais, guerras de reconquista e até a formação e a consolidação dos reinos peninsulares,

recorre a vários tipos de fontes. Escrita por D. Pedro de Barcelos, sob a encomenda de D. Dinis, faz parte “da cadeia tradicional de textos historiográficos criados a partir da escola Afonsina” (ESTEVES, 1994: 20). A sua fonte mais imediata e mais importante é a *Primeira Crónica Geral*, de Afonso X (1121-1284), mas não se deve encará-la como mera tradução para o português, pois agrega outros documentos não usados na versão castelhana, como apontam inúmeros autores que se dedicaram à comparação das duas. Diego Catalan, por exemplo, mostra a reconstrução do processo compilatório das duas crônicas, defendendo a idéia de que a de D. Pedro de Barcelos compôs uma crônica bem mais ampliada do que a versão castelhana (MENÉNDEZ PIDAL, 1962: 11).

Quando se estuda a extensa narrativa que é a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, para além de se constatar a variedade de registros discursivos que a mesma torna manifestos, não se pode esquecer que uma mesma variedade temporal penetra a sua construção. Assim, da mesma forma que se notam diversas vozes no texto, notam-se que suas reelaborações se inscrevem em uma cadeia de sucessivas reestruturações que põem em diálogo o passado remoto, o passado próximo e o presente do próprio cronista. Um claro jogo de leituras, compilações e acréscimos. Dessa maneira, não vale à pena tentar buscar a origem de determinado relato ou determinada descrição, pois as idéias e formulações são comumente manipuladas. A forma de construção que usava o cronista pode, pois, ser caracterizada como de recorte e ajuntamento; uma fragmentação inicial que será organizada pelo cronista em uma narrativa coerente. Era basicamente nisso que consistia o fazer histórico no seu tempo: reunir, mais do que criar algo novo.

Do núcleo da história da Península Ibérica da *Crónica Geral de Espanha 1344*, por exemplo, surge uma narrativa independente relativa às histórias dos primeiros reis de Portugal, como foi explicitado anteriormente. Esta narrativa serviu de base para a conhecida *Crónica de 1419*, encomendada, provavelmente, pelo então infante D. Duarte. Trata-se esta, do mesmo modo, de um texto resultante da colagem de vários documentos,

como apontou Artur de Magalhães Basto.⁸ Algumas dessas fontes, como indica Fernando Figueiredo, estão explicitamente referidas no corpo da crônica, outras são identificáveis através de comparações, sendo as principais fontes da crônica hoje conhecidas: a “*Crónica de 1344* (fonte principal), a *Crónica do Mouro Rasis* (referente da expressão: <<historias dos Arauigos>>), *De exugnatione Sacalabis* e *Vita Sancti Theotonii*; e provavelmente também os *Anais de Afonso Henriques*” (FIGUEIREDO, 1994: 377). Além dessas mencionadas, afirma António José Saraiva (1992: 162) que

entre essas ‘escrituras antigas’ não se contam apenas as crônicas e as tradições registradas, mas também os documentos autênticos, como, por exemplo, a carta de Inocêncio III chamando à cruzada, o juramento que o conde de Bolonha, futuro S. Afonso III, fez em Paris antes de vir para Portugal, ou as cartas que o papa enviou aos senhores de Portugal e aos frades menores para que recebessem como rei o irmão de D. Sancho II. São documentos de chancelaria.

Nessa crônica, ocorre, portanto, a utilização de fontes de origem laica bem como religiosa, que são compiladas num mesmo texto, demonstrando – como a citação de Zurara no início deste artigo parece sugerir – a crença em que o uso do maior número possível de fontes assegurará a versão mais fidedigna dos acontecimentos.

O cronista Duarte Galvão, embora escrevendo já no século XVI, em 1505, segue à risca essa prática, por isso é caracterizado como um historiador nos moldes medievais (LAPA, 1972). Teria ele escrito a história do reinado fundador do reino sob a encomenda do “Venturoso”, o rei D. Manuel. Segundo Luis Krus (1993: 174), Duarte Galvão redigiu a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* com base em documentos conservados no mosteiro

⁸ Em 1942, Artur de Magalhães Basto encontrou na biblioteca pública do Porto um manuscrito que o mesmo datou como sendo uma cópia do século XVI de um manuscrito do século XV, sobre os primeiros reis de Portugal. Basto dedicou-se por vários anos ao estudo deste manuscrito, comparando o texto encontrado com textos posteriores e anteriores para saber a origem do manuscrito, a autoria, as fontes e o aproveitamento dele por cronistas posteriores.

de Santa Cruz de Coimbra, tendo herdado o espírito hagiográfico com que os textos de Santa Cruz descreviam a história de D. Afonso Henriques; assim, esta crônica acaba por fazer “dele a santidade raiz de um reino e de uma realza providenciais, predestinando o Portugal manuelino para as missões da evangelização universal e da vitória final sobre o Islã”.

A crônica de Duarte Galvão tem duas características que são recorrentemente destacadas: a profunda semelhança com a *Crônica de 1419* e a tentativa de enaltecer o reinado de D. Manuel, encomendador da obra. Apesar do caráter hagiográfico, apontado por Luís Krus, e da utilização das fontes de Santa Cruz, é inegável a proximidade da mesma com o texto encontrado por Artur de Magalhães Basto. Este aponta que a crônica de Galvão tem estreitas afinidades com a *Crônica de 1419*, encontrando-se todos os capítulos desta naquela, com acréscimo de apenas dois, nos quais Galvão se insere na narrativa para opinar sobre o que está sendo narrado. Basto (1960, p. 60) também aponta que “entre Galvão e a *Crônica de Cinco Reis* há longuíssimos trechos em que não se encontram diferenças de redação, nem na ordenação das matérias”. Comparando as duas crônicas, ele mostra que os dois capítulos nos quais o cronista declaradamente se insere na narração possuem grandes diferenças de estilo em relação ao restante do texto. Mas vale acrescentar também que há também capítulos na crônica de Galvão que se apresentam mais divididos do que os da *Crônica de 1419*, provavelmente com a finalidade de tornar mais claros os acontecimentos e melhor ordenados os assuntos.

Além da crônica já apontada, Serrão afirma que Duarte Galvão consultou por autorização régia “papéis que se guardavam no cartório dos Cruzios” (BASTO, 1960: 132). No entanto, vale ressaltar que as aproximações da *Crônica de El-Rey D. Afonso Henriques* com a *Crônica de 1419* são extremamente marcantes e evidentes. A grande novidade da crônica de Galvão é o prólogo dedicado ao rei D. Manuel, no qual o cronista deixa claro que a empreitada a qual se dedica foi ordenada pelo monarca reinante. Tomando como ponto de partida o valor simbólico de Afonso Henriques, primeiro rei português, o objetivo da compilação é louvar este rei e

“estabelecer uma linha de continuidade histórica para a glorificação do Venturoso” (SERRÃO, 1972: 132).

Os cronistas aqui abordados são, em larga medida, devedores da Escola Afonsina, caracterizada pela busca de certa fidelidade a um texto antecedente como garantia de verdade. Segundo Lindley Cintra (1951: CCCLXXXVI), “é completamente estranho aos hábitos dos cronistas da escola afonsina, ao tratar do passado, falar seja do que for que não tenham achado por escrito”. Nesse sentido, os textos dos cronistas medievais devem ser pensados considerando-se seu diálogo com a tradição e as convenções que o caracterizam. Em suma, os cronistas pertencem a uma tradição na qual a cópia era a forma por excelência de manutenção do passado e garantia da verdade dos fatos.

Diante dessas considerações, pode-se aventar a hipótese de que os cronistas liam muito pouco para compor suas crônicas, escolhendo normalmente uma fonte principal e juntando a esta alguns documentos oficiais, de cunho religioso ou filosófico, bem como obras trovadorescas. Ou seja, os documentos não tinham uma origem tão variada, dado que não eram muitas as possibilidades no período. Os próprios cronistas medievais se apresentam como “*ajuntadores*” de histórias, “isto é, reproduzem em grande parte o que encontraram em outros livros” (FRANÇA, 2006: 13). Eles não tinham intenção de escrever obras inovadoras, mas sim prestar um serviço a quem encomendou a crônica e, para isso, seguiam a tradição de juntar os documentos antigos, dando uma nova versão a eles.

Da mesma forma que não realizaram muitas leituras, pode-se afirmar que os cronistas medievais não realizavam leituras de diversos gêneros, como textos teológicos e filosóficos, por exemplo. Em primeiro lugar, porque as possibilidades de leitura não eram abundantes, os livros eram caros e raros, muitas vezes tratados mais como tesouros do que como objeto de erudição, portanto, não eram acessíveis – apenas o eram alguns pequenos tratados e livros religiosos. Em segundo lugar, porque não fazia parte da tradição cronística medieval demandar um grande levantamento e exame de várias fontes, a leitura se restringia a crônicas mais antigas, alguns textos

Kátia Brasilino Michelan

de origem religiosa e documentos oficiais, que eram incorporados a uma fonte principal que conduzia a narrativa, freqüentemente com trechos idênticos.

Bibliografia

- ÀLVAREZ, F. B. *Del Escribano a la Biblioteca. La civilización escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII)*. Madrid: Editorial Sintesis, 1992.
- ALMEIDA, M. *Crônicas de Rui de Pina*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1997.
- AMADO, T. "Fernão Lopes". In: Lanciani, G. e Tavani, G. (org) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- ANSELMO, A. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.
- BASTO, M. *Estudos. Cronistas e Crônicas Antigas, Fernão Lopes e a "Crónica de 1419"*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1960.
- BRAGA, T. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. 4 vols., Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1892-1902.
- BUSTAMANTE. "Livro". In: Lanciani, G.; Tavani, G. (org) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- CARVALHO, J. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Lisboa: Por ordem da Universidade, 1949.
- CHARTIER, R. "As revoluções da leitura no Ocidente". In: (org) ABREU, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: mercado de Letras, 2000.
- CHARTIER, R. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CINTRA, L. F. L. *Crónica Geral de Espanha de 1334*, Introdução, (vol I). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda., 1951.
- EISENTEIN, E. *A Revolução da Cultura Impressa. Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998
- ESTEVES, E. N. *A Crónica Geral de Espanha de 1344*. [S.l.]: Universidade de Évora. Estudo Estético-Literário. 1994. (tese de Doutorado)

- ESTEVES, E. *Narrativas da Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Vega, 1998.
- FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. *O aparecimento do Livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- FIGUEIREDO, F. "A imagem do Inimigo à Construção do Herói: O reinado de Afonso Henriques na Crónica de Cinco Reis de Portugal". In: AMADO, Teresa. (org). *A Guerra até 1450*. Lisboa: Quimera, 1994.
- FINAZZI-AGRÒ, E. "Escrita/Oralidade". In: Lanciani, G. e Tavani, G. (org) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- FRANÇA, S. S. L. *O Reino dos Cronistas Medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.
- FOURNIER, A. *A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e a sua construção*. Lisboa: Faculdade de Letras/ Universidade Clássica de Lisboa, 1996. (dissertação de mestrado).
- GALVÃO, D. *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, Apresentação de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- GOMES, R. C. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GUENEÉ, B. "História". In: LE GOFF, J. e SCHIMITT, J. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. 2 vols. Vol. I. Bauru: Edusp, 2002.
- GUENEÉ, B. *O Occidente durante los siglos XIV y XV*. Los Estados. Barcelona: Editorial Labor, 1973.
- GUENEÉ, B. *Histoire el culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1991.
- GUREVITCH, A. *As categorias da Cultura Medieval*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- HERCULANO, A. *Opúsculos*. Lisboa: Imprensa Portugal, s/d.
- KOSELLECK, R. "Historia, historias y estructuras formales del tiempo". In: *Futuro Pasado*. Para uma semântica de los tiempos históricos. Trad. Norberto Smilg. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1993.
- KRUS, L. "Crónica Geral de Espanha de 1344". In: Lanciani, G. e Tavani, G. (org). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

Kátia Brasilino Michelan

- LAPA, R. "Introdução". In: LAPA, R. (Org). *Historiadores Quinhentistas*. Lisboa: Seara Nova, 1972.
- MARQUES, A. *A sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- MINNIS, A. *Medieval Theory of Authorship*. Adershot: Wilwood House, 1988.
- NASCIMENTO, A. "Circulação do Livro Manuscrito". In: Lanciani, G. e Tavani, G. (org). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- NASCIMENTO, A. *As livrarias dos príncipes de Avis*. Biblos. Vol. LXIX (1993).
- MENÉNDEZ PIDAL, D. C. *De Alfonso X al conde de Barcelos, cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.
- PINA, R. *Chronica del Rey Dom Affonso V*. Lisboa: [s.n.], 1790.
- REBELO, L. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SAMPAIO, A. *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*. Lisboa: Tipografia da sociedade gráfica editorial, 1929.
- SARAIVA, A. *A épica medieval portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1991.
- SARAIVA, A. *História da cultura em Portugal*, vol I. Lisboa: Jornal do Foro, 1950.
- SARAIVA, A. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- SERRÃO, J. *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- SERRÃO, J. *História de Portugal*. [1415-1495]. Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.
- VERGER, J. *Homens de Saber na Idade Média*. Bauru: Edusp, 1999a.
- VERGER, J. *Os Livros da Idade Média*. 1999 b Disponível em: <<http://www.escriitoriodolivro.org.br/historias/idademedia.html>>. Acesso em: 20.abril. 2009.
- ZURARA, G. *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. (org.) PEREIRA, F. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a Voz. A "Literatura" Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em maio e aprovado em agosto de 2009.